

A implementação da BNCC nas escolas de Ensino Médio na Educação do Campo no Acre

 Maristela Bortolon de Matos ¹,  Marcondes de Lima Nicácio ²

¹ Universidade Estadual de Roraima – UERR. Instituto Federal de Roraima. Programa Pós-Graduação em Educação. Boa Vista – RR. Brasil. ² Instituto Federal do Acre – IFAC; Universidade Federal do Acre - UFAC. Programa Pós-Graduação em Educação. Rio Branco – AC.

Autor para correspondência/Author for correspondence: marcondes.nicacio@ifac.edu.br

RESUMO. Este artigo tem o objetivo de descrever como está ocorrendo a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas de Ensino Médio do meio rural no estado do Acre, buscando analisar o desenvolvimento da reforma curricular no projeto de formação da Educação do Campo. A pesquisa é um estudo de caso, com abordagem qualitativa, realizada com aportes bibliográfico, documental e análise de conteúdo. Os resultados indicam que o processo de implantação está ocorrendo em uma proporção ainda pouco significativa para o universo das escolas de Ensino Médio do campo, e que as ações promovidas pela SEE são direcionadas, de forma ampla, aos aspectos pedagógicos do processo de ensino e aprendizagem, tangenciando a necessidade de promover formações para a compreensão da estrutura orgânica da BNCC. Há um desalinhamento entre a realidade acreana e o que está proposto teoricamente e sua aplicabilidade, sendo necessária uma maior executividade, especialmente no que se refere à nova carga horária, aos componentes curriculares na Formação Geral Básica, aos Itinerários Formativos e às Rotas de Aprendizagem, especialmente no tocante à qualificação profissional.

Palavras-chave: BNCC, educação do campo, ensino médio, Acre.

The implementation of the BNCC in High Schools in Rural Education in Acre

ABSTRACT. The aim of this article is to describe how the National Common Core Curriculum (BNCC) is being implemented in rural high schools in the state of Acre, seeking to analyze the development of curricular reform in the rural education project. The research is a case study, with a qualitative approach, carried out using bibliographic, documentary contributions and content analysis. The results indicate that the process of implementing is taking place in a proportion that is still not very significant for the universe of high schools in the countryside, and that the actions promoted by the SEE are largely directed at the pedagogical aspects of the teaching and learning process, touching on the need to promote training to understand the organic structure of the BNCC. There is a misalignment between the reality in Acre and what is theoretically proposed and its applicability, and greater implementation is needed, especially with regard to the new class hours, the curricular components in Basic General Education, the Training Itineraries and the Learning Routes, especially with regard to professional qualification.

Keywords: BNCC, rural education, high school, Acre.

La implementación de la BNCC en las escuelas de Enseñanza Media en la Educación Rural en Acre

RESUMEN. El objetivo de este artículo es describir cómo se está implementando la Base Nacional Común Curricular (BNCC) en las escuelas de Enseñanza Media del área rural del estado de Acre, buscando analizar el desarrollo de la reforma curricular en el proyecto de de formación de la educación rural. La investigación es un estudio de caso, con abordaje cualitativo, realizada a partir de aportes bibliográficos, documentales y análisis de contenido. Los resultados indican que el proceso de implantación se está dando en una proporción todavía poco significativa para el universo de escuelas de Enseñanza Media del área rural, y que las acciones promovidas por la SEE se dirigen en gran medida a los aspectos pedagógicos del proceso de enseñanza y aprendizaje, incidiendo en la necesidad de promover la formación para la comprensión de la estructura orgánica de la BNCC. Hay un desajuste entre la realidad de Acre y lo que se propone teóricamente y su aplicabilidad, siendo necesaria una mayor implementación, especialmente en lo que se refiere a la nueva carga de horaria, los componentes curriculares en la Formación General Básica, los Itinerarios de Formación y las Rutas de Aprendizaje, especialmente en lo que se refiere a la cualificación profesional.

Palabras clave: BNCC, educación rural, enseñanza media, Acre.

Introdução

Nos últimos anos, o Ensino Médio tem sido pauta de debates na educação brasileira. Com o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essa discussão ganha um novo capítulo, pois a proposta do Novo Ensino Médio (NEM) se consolida.

A BNCC, com a intenção de dimensionar o currículo da educação nacional, ao assumir a indicação dos conhecimentos essenciais, das competências, habilidades e aprendizagens que devem ser adquiridas ao longo da educação básica, visa uma nova institucionalidade nos sistemas de ensino.

O NEM é uma política educacional instituída pela Lei Nº 13.415/2017, que, em tese, tornaria o Ensino Médio mais atrativo para os jovens e mais articulado às questões sociais vigentes, além de ampliar a carga horária de formação e focar no protagonismo dos estudantes.

Na perspectiva de discutir a adesão e implementação da BNCC e do NEM, colocamos em questão as especificidades do Acre e, com um destaque ainda mais direcionado, trazemos a realidade da Educação do Campo.

O Acre, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem uma área territorial de 164.173,525 Km², uma população residente de 830.018 pessoas (2022) que gera uma densidade demográfica de 5,06 hab/km². No ano de 2023, de acordo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Ensino Médio regular apresentou um total de 26.572 matrículas e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) médio, mais 7.140 das matrículas supracitadas, 9.119 do Ensino Médio regular e 1.126 da EJA, provenientes do meio rural.

A Educação do Campo, em termos gerais, refere-se à forma de ensinar, sendo ainda denominada rural pelo INEP e pelas secretarias de educação, diferenciando-a da urbana. De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, em seu parágrafo único do Artigo 2º, é uma educação em que a “identidade...é definida pela sua vinculação...à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes...e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem...qualidade social da vida coletiva...” (Brasil, 2001).

O território sociodemográfico do Acre, quanto ao âmbito rural, é composto por povos das florestas (extrativistas, seringueiros, indígenas), povos das águas (ribeirinhos) e povos do campo (assentados, agricultores familiares, pecuaristas e trabalhadores do campo). Destaca-se que 27,4% da população do estado reside na zona rural, consoante ao Censo de 2010,

constituindo um território com uma vasta malha hídrica, muitas comunidades ribeirinhas e um total de 157 áreas de assentamentos.

O objetivo deste artigo é descrever como está ocorrendo a implantação da BNCC nas escolas de Ensino Médio do campo no estado do Acre, por meio de um estudo de caso, com pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. Para tanto, organizamos esta produção, além desta introdução, nas seguintes partes: Currículo e a Base Nacional Comum Curricular; A Educação do Campo e Indicadores de Implementação da BNCC e do Ensino Médio; Currículo e Informações Legais do Acre; Metodologia; e o Processo de Organização e Implantação da BNCC e do Novo Ensino Médio nas escolas estaduais do Acre; e, por fim, as Considerações Finais.

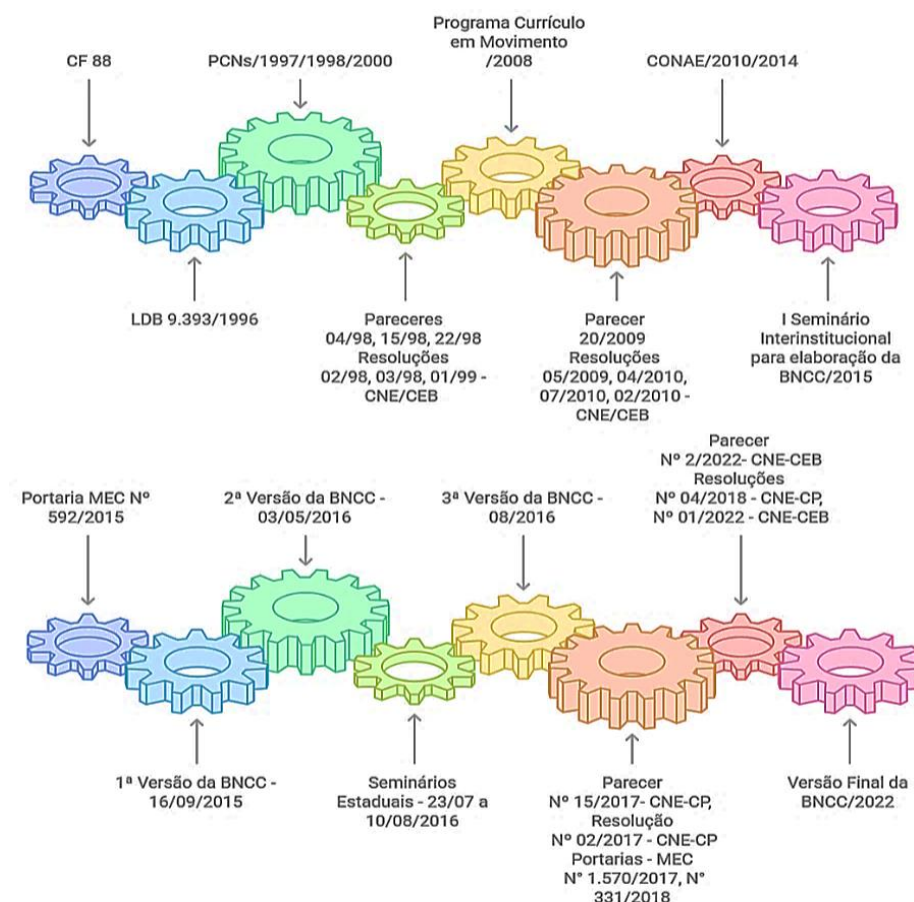
Currículo e a Base Nacional Comum Curricular

A BNCC é o documento normativo que segmenta a organização, progressão e o desenvolvimento das aprendizagens essenciais em âmbito da educação básica brasileira em seus distintos sistemas, etapas, modalidades e níveis de ensino (Brasil, 2018).

Com tal característica, a BNCC é resultado de um longo processo de concepção e estruturação, marcado por movimentos de disputas, interesses e percepções educacionais. Sua institucionalidade é fruto de fundamentos, legislações e procedimentos estabelecidos por ações administrativas, mas também por pressões sociais, seja de quem detém o poderio econômico, seja de educadores e suas organizações na defesa de uma educação pública e de qualidade. Na Figura 1, em síntese, apresentamos os marcos legais, normativos e acontecimentos vinculados à instituição da BNCC.

A Figura 1 apresenta, em síntese, um panorama dos marcos legais, normativos e dos eventos que culminaram na instituição da BNCC. A visualização desse processo temporal é fundamental para a otimização da compreensão, e, por conseguinte, procederemos à descrição contextualizada desses elementos. É crucial reconhecer que a efetivação e a implementação dos dispositivos legais e normativos requerem um período de maturação considerável. Tal delonga se justifica pela necessidade inerente de leituras aprofundadas, debates, reflexões e ciclos de formação continuada, os quais mobilizam profissionais da educação e demandam o devido aporte orçamentário.

Figura 1 – Marcos vinculados à criação da BNCC



Fonte: Os autores (2025), conforme BNCC (2022).

Em termos de legislação concernente ao estabelecimento de um currículo nacional, temos a Constituição Federal (CF) de 1988, que, no artigo 210, prevê a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Seguindo esse intento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996, no artigo 9º, coloca como incumbência da União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o estabelecimento de competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

A LDB acrescenta ainda, no artigo 26, que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter Base Nacional Comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Do ponto de vista da operacionalização, os seguintes documentos assumem a intenção de dispor sobre a organização curricular: PCNs/1997 - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano; PCNs/1998 - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano; e PCNs/2000 - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Como normatizações, temos os documentos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em sua Câmara de Educação Básica (CEB) e pelo seu Conselho Pleno (CP): Parecer CNE/CEB nº 04/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental; Parecer CNE/CEB nº 15/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Parecer CNE/CEB nº 22/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Resolução CNE/CEB nº 02/98 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental; Resolução CNE/CEB nº 03/98 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Resolução CNE/CEB nº 01/99 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Na sequência histórica, temos o Programa Currículo em Movimento/2008, que busca melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, seguido de outros atos normativos do CNE: Parecer CNE/CEB nº 20/2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Resolução CNE/CEB nº 5/2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE) também foi um espaço importante para a definição da BNCC. Na CONAE/2010, o documento final da Conferência aponta para a necessidade de uma Base Nacional Comum Curricular como parte do Plano Nacional de Educação, e a CONAE/2014 gerou um documento com propostas e reflexões para a educação brasileira, que se tornou referência para o processo de mobilização para a Base Nacional Comum Curricular.

No ciclo de normatização, também foram estabelecidas a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 com Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs), a Resolução CNE/CEB nº 7/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, e a Resolução CNE/CEB nº 2/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

No envolvimento da sociedade na definição da BNCC, foi realizado o I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNCC/2015, assim como Seminários Estaduais que

ocorreram entre 23/07 e 10/08/2016. Esses eventos foram promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Como ações específicas do Ministério da Educação (MEC), foi publicada a Portaria MEC nº 592/2015, que criou a Comissão de Especialistas para a Elaboração da Proposta da Base Nacional Comum Curricular. Em 16/09/2015, foi apresentada a 1ª versão da BNCC, que foi submetida à Consulta Pública de 2 a 15/12/2015. Na ocasião, ocorreu a mobilização nacional para discutir a versão preliminar da BNCC nas escolas de todo o país. Em 3/05/2016, foi publicada a 2ª versão da BNCC e, em agosto de 2016, a 3ª versão.

Em abril de 2017, o MEC entregou a versão final da BNCC ao Conselho Nacional de Educação (CNE), que emitiu o Parecer CNE/CP Nº 15/2017, tratando da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em seguida, o Ministério publicou a Portaria MEC Nº 1.570/2017, que homologou o Parecer CNE/CP Nº 15/2017 e instituiu e orientou a implantação da BNCC.

Como ações conclusivas do estabelecimento da BNCC, tem-se a publicação da Resolução CNE/CP Nº 2/2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Em seguida, foi publicada a versão da BNCC das Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, e, depois, a versão da BNCC do Ensino Médio/2018. Como parte integrante das ações de edificação da BNCC, a Portaria MEC nº 331/2018 institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. No mesmo ano, houve a criação dos Comitês de Debate/2018 e o preenchimento de formulário online com sugestões de melhorias para o documento. E assim, a Resolução CNE/CP nº 4/2018 institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

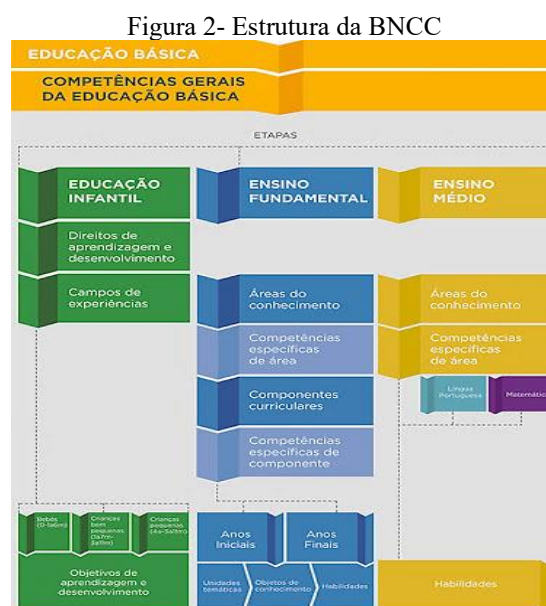
Por fim, temos o Parecer CNE/CEB nº 2/2022, que define normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a Resolução CNE/CEB nº 1/2022, que fixa normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC. Sendo assim, em 2022, foi apresentada a versão final da BNCC, incluindo toda a Educação Básica.

Como uma dimensão de currículo, a BNCC está organizada em cinco seções principais, a saber: Introdução, Estrutura da BNCC, Etapa da Educação Infantil, Etapa do Ensino Fundamental e Etapa do Ensino Médio.

A Introdução, primeira seção do documento, apresenta as competências gerais da educação básica; os marcos legais que embasam a BNCC; os fundamentos pedagógicos, divididos em dois tópicos, o primeiro: foco no desenvolvimento de competências e o segundo: compromisso com a educação integral; o pacto interfederativo e a implementação com a abordagem em dois pontos: Base Nacional Comum Curricular: igualdade, diversidade e equidade; e a Base Nacional Comum Curricular e Currículos. Por fim, a última parte da Introdução trata da Base Nacional Comum Curricular e regime de colaboração.

Na segunda seção “Estrutura da BNCC”, ancoram-se os fundamentos pedagógicos, de modo a explicitar as competências que devem ser desenvolvidas nos alunos. Nesse sentido, as competências são definidas como: “...a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 8).

Nesse sentido, a partir das competências gerais para a Educação Básica, edifica-se o arquétipo para as três etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), em que cada etapa é composta por códigos alfanuméricos que prescrevem a organização da aprendizagem. Na Figura 2, apresentamos a estrutura geral da BNCC.



Fonte: Brasil (2018).

A partir da terceira seção, o documento apresenta as etapas em que se subdividem a educação básica. É apresentada a Educação Infantil na BNCC, com uma abordagem que se desmembra em: os campos de experiências; os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para Educação Infantil; a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Na quarta seção, há a abordagem do Ensino Fundamental no contexto da BNCC, seguido pelas áreas e suas composições. Deste modo, expõem-se a dimensão da área de Linguagens, de Matemática, de Ciências da Natureza, de Ciências Humanas e de Ensino Religioso. Em cada uma delas, são descritas as competências específicas para o Ensino Fundamental, seguidas pelas extensões que concernem aos anos iniciais e, posteriormente, aos anos finais. As áreas de Linguagens e Ciências Humanas possuem especificidades. Detalhadamente, a área de Linguagens é composta pelos componentes de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa, que é específico aos anos finais. A área de Ciências Humanas reúne Geografia e História.

A quinta seção apresenta a etapa do ensino médio, com sua abordagem no contexto da Educação Básica, a BNCC no Ensino Médio e a exposição dos tópicos dos currículos: BNCC e itinerários.

Na etapa do ensino médio, as áreas de conhecimento da BNCC estão definidas em quatro áreas. Na área de Linguagens e suas Tecnologias, estão os componentes disciplinares de Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa. Em Ciências da Natureza e suas Tecnologias, estão as disciplinas de Biologia, Física e Química. Na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, estão as unidades curriculares de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Com a área unitária, está a Matemática e suas Tecnologias. Além dessas áreas, o artigo 36 da LDB prevê, com ênfases, a formação técnica e profissional.

A carga horária do Novo Ensino Médio (NEM) com a BNCC, estabelecida pela Lei Nº 13.415/2017 e implementada em 2020, foi ampliada de 2.400 para 3.000 horas. Em relação ao ensino médio noturno, a proposta ampliou a duração do curso para 3 anos. Contraditoriamente, o aumento da carga horária resultou em uma redução da carga horária no campo das Ciências da Natureza, com Química e Física, e em Ciências Humanas, com História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Isso ocorreu porque a formação geral foi estabelecida em 1.800 horas, nas quais apenas Português e Matemática são disciplinas obrigatórias nos três anos do ensino médio, e o restante das 1.200 horas foi destinado aos itinerários formativos.

A BNCC é um documento norteador para todas as instituições de ensino, independentemente de estarem localizadas na zona urbana, rural, quilombola ou indígena. Este

artigo abordará a Educação do Campo referente ao Ensino Médio, e por isso a próxima seção apresentará o conceito de Educação do Campo e os indicadores e implantação da BNCC e do Ensino médio.

A Educação do Campo e os indicadores de implementação da BNCC e do Ensino Médio

Parece razoável, para situar o debate nesta interlocução inicial, que indiquemos um conceito de Educação do Campo. Porém, diante dos equívocos sustentados em inúmeras produções com esse fim, ponderamos ser necessário reafirmar que esta não é uma modalidade de ensino que ocorre predominantemente em espaços rurais, pois, com tal indicação, sustenta-se que a simples localização geográfica é suficiente para amparar os princípios da Educação do Campo.

Nesse sentido, e com o propósito de trazer um conceito de Educação do Campo, destacamos os seus princípios:

Art. 2º...

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (Brasil, 2010, p. 1).

Por tais princípios, a Educação do Campo é uma proposta educativa que emerge dos interesses, tensões e lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo por políticas públicas que lhes assegurem o direito à educação. Um modelo de educação que é proposto por movimentos como a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS), Escolas Familiares Agrícolas (EFA), Casas Familiares Rurais (CFR), Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

(Contag), Via Campesina, Movimento das Mulheres Camponesas, Quebradeiras de Coco, Povos Atingidos por Barragem, entre outros, que assumem a defesa e construção da Educação do Campo (Nicácio, 2021).

A Educação do Campo é assim uma proposta pedagógica de formação que tem por base uma concepção de campo como espaço de emancipação, firmado em um projeto de desenvolvimento coletivo. Tem por epistemologias a pedagogia socialista, a pedagogia da alternância e pedagogia do movimento, que compartilham dimensões que se consolidam para fortalecê-la nos seguintes aspectos: a centralidade do trabalho no processo educativo, práticas metodológicas focadas na realidade coletiva e sistemas conjunturais de ensino que reúnem formação para o trabalho, vivência comunitária e realidade social (Nicácio, 2021).

Portanto, a grande maioria das escolas do campo não oferta Educação do Campo nestes princípios e conceitos, embora os sistemas de ensino tenham adotado a nomenclatura e na atualidade, estejam propensos a compreender que as unidades de ensino da zona rural são de Educação do Campo. Aqui, não nos comprometemos com este debate, mas o trazemos para dirimir equívocos de interpretação; assim, vemos como inevitável seguir esta lógica, de modo que essa análise se baseia na convenção predominante.

Do ponto de vista literal, o termo “Educação do Campo” é identificado apenas uma vez no documento. É mencionado especificamente na introdução, no tópico “O pacto interfederativo e a implementação da BNCC”:

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação à Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2018, p. 17).

O excerto que contém a terminologia está inserido após um conjunto de elementos propostos como caracterizadores de um currículo em ação, no contexto de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, em que se contextualiza com uma modalidade de ensino.

Cogo e Cardoso (2023), ao discorrerem sobre esta incipiência na menção, consideram o problema como uma inconstitucionalidade, uma vez que esta é uma modalidade educativa perspectivada por um povo que trabalha e vive no meio rural e anseia por uma educação emancipatória.

O Ensino Médio, também objeto deste debate, é o ciclo final da Educação Básica no Brasil. Nos últimos anos, essa etapa de ensino tem sido objeto de críticas, que, no contexto pós *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, constituiu-se no primeiro ato na área da educação deliberado pelo governo subsequente de Michael Temer.

Na Medida Provisória (MP) Nº 746/2016, Temer promoveu uma reforma do Ensino Médio que, depois de aprovada no Congresso Nacional, tornou-se a Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

Entre as principais mudanças da referida lei estão questões curriculares, justificadas em tese pela falta de atratividade do currículo ensinado aos estudantes. Dessa forma, o Ensino Médio seria composto pela BNCC e por itinerários formativos, assim dispostos: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e Formação Técnica e Profissional. Nesta lei foi destacada que tais mudanças corrigiram a supressão das disciplinas de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, que haviam sido retiradas do currículo pela Medida Provisória.

Para conhecer a realidade do Acre, foi gerado um relatório a partir da plataforma Observatório da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, que apresenta um Panorama Geral do Acre, no Quadro 1:

Quadro 1 - Panorama Geral do Acre

Perfil do Estado	Rede Estadual	Rede Municipal
22 municípios	608 escolas	900 escolas
	100.699 alunos EI/EF	99.523 alunos EI/EF
	43.829 alunos EM	0 alunos EM
	7.168 professores	5.708 professores

Fonte: Indicadores de implementação da BNCC e do Ensino Médio, 2025.

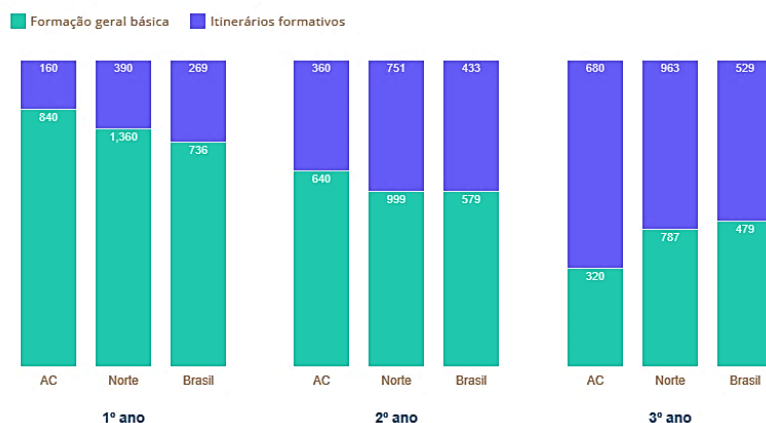
O principal indicador de implantação da BNCC pela plataforma é a aprovação de referenciais curriculares nas redes de ensino. A instituição de um referencial curricular poderia ser feita de maneira independente por cada estado e pelos municípios, ou seja, por suas secretarias e conselhos. No caso do Acre, optou-se pela colaboração entre o estado e os 22 municípios para a definição de um único currículo, que foi denominado de “Referencial Único do Estado do Acre ou Currículo de Referência Único do Acre - CRUA”, homologado em 7 de abril de 2022.

Para a etapa do Ensino Médio, o documento estabeleceu, para as escolas, a carga horária mínima de 3.00 horas, a partir de 2022. A matriz curricular seria de, no mínimo, 1.000 horas

anuais, ofertando Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos (IF). A FGB é constituída pela parte curricular comum referente à BNCC, com o mínimo dos 12 componentes curriculares das 4 áreas de conhecimento. Os IFs seriam constituídos por Projetos de Vida (o aluno faz a construção de uma jornada educacional), Eletivas (componentes opcionais) e Aprofundamentos (escolhidos pelos estudantes de acordo com interesses individuais em novas habilidades).

No Gráfico 1 apresentaremos a média de carga horária de formação geral básica e itinerários formativos no contexto regional e nacional, segundo o Observatório Movimento pela Base.

Gráfico 1 – Média de carga horária de formação geral básica e itinerários formativos no contexto regional e nacional



Fonte: Observatório Movimento pela Base (2024).

Seguindo uma tendência nacional, no Acre, a FGB tem sido priorizada nos 1º e 2º anos, e gradativamente ocorre o crescimento dos IFs, com maior concentração no 3º ano do Ensino Médio (Observatório Movimento pela Base, 2025).

Outro indicador destacado pela plataforma é o andamento da elaboração das regulamentações estruturantes. As regulamentações complementares estão previstas na Lei Nº 13.415/2017, que, ao impor um modelo padrão de Ensino Médio, atribui a cada sistema de ensino a obrigatoriedade de estabelecer um cronograma de implementação do Novo Ensino Médio.

De acordo com o Observatório (2023), o Acre elaborou oito principais normativas estruturantes do Novo Ensino Médio, que são: cronograma da implementação, arquitetura curricular, parcerias, aproveitamento de estudos, notório saber, itinerário de formação técnica e profissional (EPT), progressão das aprendizagens e educação à distância.

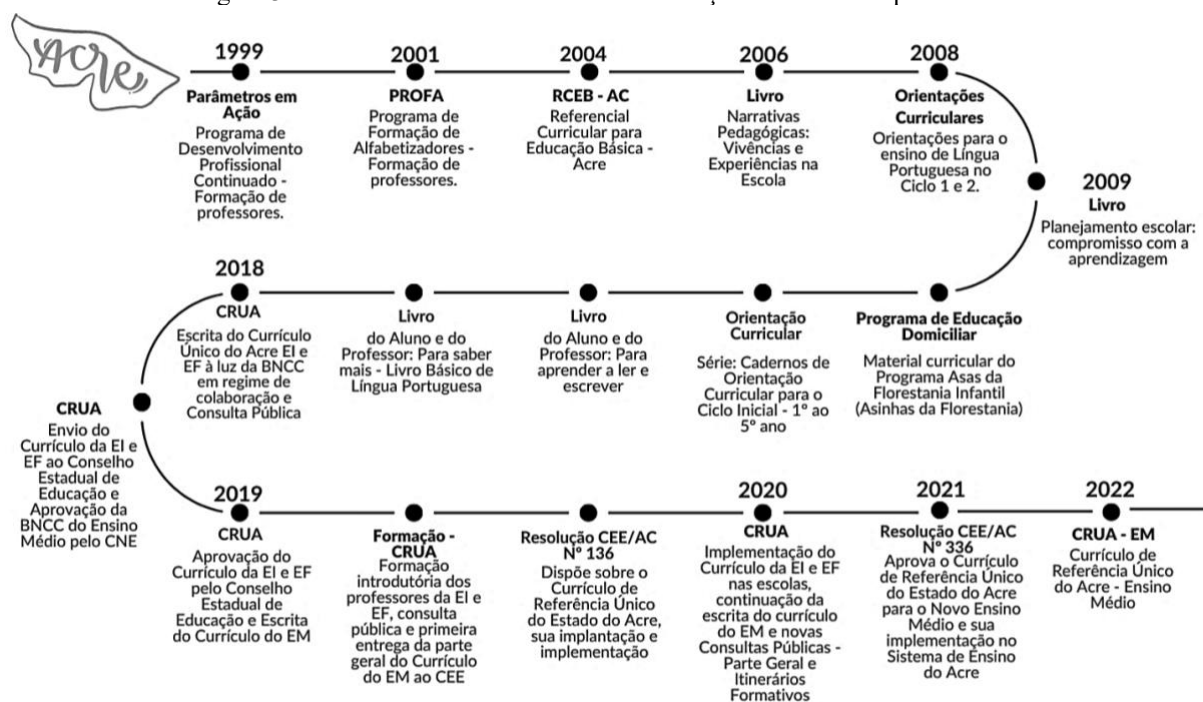
Uma análise da Educação do Campo na BNCC exige a busca de seus conceitos e princípios. Assim, tomamos como necessário buscar o que é apresentado no art. 2º do Decreto Nº 7.352/2010, considerando a realidade distinta das escolas do campo, onde a implantação da BNCC deve se preocupar não apenas com a normatização, mas também com a aplicabilidade dessa realidade, em especial no Ensino Médio, com os itinerários formativos. Essa transição deve considerar como são ofertados os componentes curriculares, pois nem todas as escolas ofertam todas as disciplinas semanalmente.

A seguir, apresentamos as informações legais que embasam a organização curricular da educação no Acre.

Currículo e Informações Legais do Acre

No contexto pós-promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 e o advento dos PCNs, o currículo de educação básica no estado do Acre foi marcado pela implantação de políticas voltadas para a melhoria de indicadores educacionais, especialmente a partir dos anos 2000. Na Figura 3, sistematizamos alguns desses currículos, ações e outros documentos publicados com abordagem curricular.

Figura 3 - Currículos e/ou documentos com relações curriculares publicados



Fonte: Os autores (2025).

É a partir de 2004 que se estabelece efetivamente um currículo oficial no Acre, cuja elaboração foi realizada por meio de consultorias contratadas, entre as quais a do Instituto Abaporu de Educação e Cultura, instituição que conduziu a elaboração de alguns destes referenciais, em especial os publicados em 2009.

Nesse debate, destaca-se o CRUA, que foi elaborado a partir da BNCC. O último documento que o integraliza foi aprovado em 2021 e publicado em sua versão completa em 2022, sendo específico para o Novo Ensino Médio.

A ideia de um currículo único é conduzida pela defesa de saberes básicos universais que devem ser ensinados na escola. É evidente que existem debates em torno da questão, pois, embora se trabalhe com a dimensão de uma possível busca por qualidade, por outro lado, isso pode representar um processo de homogeneização da política educacional. Além disso, essa homogeneidade tende a endossar um currículo que desconsidera determinados contextos e segmentos sociais.

Nesse sentido, numa análise do CRUA para o Ensino Médio, o documento apresenta um aporte específico para a Educação do Campo. No tópico 12.2, ele lança um panorama que, em primeiro momento, apresenta os desafios da oferta da educação básica no meio rural, abordando a extensão geográfica, a rarefação demográfica, as questões fundiárias precárias e as vias de acesso e comunicação, que influenciam a evasão, a repetência e a distorção idade/série. Ao tratar especificamente do Ensino Médio, o documento prevê duas categorias para a oferta da modalidade de Educação do Campo: uma organizada em escolas seriadas, nos mesmos padrões das escolas urbanas, em locais com número significativo de alunos, e outra por meio do Programa Caminhos da Educação do Campo, que oferta ensino por área de conhecimento, com três rodízios (Linguagens, Humanas, Matemática e Ciências da Natureza), em que os professores atuam até finalizar a carga horária da turma e, então, seguem para outra turma, geralmente em outras localidades (Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre, 2022).

Na parte final, que trata da Educação do Campo, o documento chama a atenção, ainda que não apresente alternativas reais, para a necessidade de possibilitar uma educação integral, em que o Projeto de Vida dos Estudantes previsto no Novo Ensino Médio respeite as características locais de cada comunidade (Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre, 2022).

Metodologia e o processo de organização e implantação da BNCC e do Novo Ensino Médio nas escolas estaduais do Acre

Foi definido um estudo de caso por ser um método abrangente, representando uma investigação empírica, segundo Yin (2001), de abordagem qualitativa, que de acordo com (Minayo, 2009, p. 21) “no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa [que] dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos”.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental como ferramentas de coletas de dados e de acordo com Gil (2002, p. 3) “... a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Por meio da pesquisa documental, foi possível identificar as ações propostas e realizadas pela Secretaria de Educação do Estado do Acre para as escolas estaduais do campo, assim como outros documentos disponíveis. Segundo Gil (2002), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens, possibilitando uma leitura aprofundada dos dados disponíveis.

A pesquisa documental iniciou com a entrega de um requerimento à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre, solicitando informações. Os documentos foram entregues para análise por meio do Ofício N° 8597/2024/SEE e Anexos, no dia 30 de setembro de 2024, via *e-mail*, conforme solicitação.

Gil, afirma ainda que:

enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-elaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (Gil, 2002, p. 45).

Com a Análise de Conteúdo, foi possível triangular as informações coletadas e apresentar as análises dos dados de forma qualitativa, pois, por meio dessa análise, foram extraídos os indicadores. Foi utilizado a pré-análise (organização do material de pesquisa), a categorização e codificação, além do tratamento dos dados.

Apresentaremos os elementos coletados na pesquisa documental enviada no Ofício N° 8597/2024/SEE, que descreve as informações solicitadas sobre as escolas rurais do Ensino Médio pelos setores competentes da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, no Processo nº 0014.004770.11052/2024-12, da referida secretaria.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre, foram implementadas em nove escolas o Novo Ensino Médio, de acordo com a BNCC, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Escolas rurais de Ensino Médio seriado em tempo parcial que implementaram a BNCC

Escola Dr. Santiago Dantas
Escola Prof. Dalva de Souza das Neves
Escola Tufi Asmar
Escola Agnaldo Moreno
Escola Nova Esperança
Escola Major João Câncio
Escola Santo Antônio II
Escola São Pedro I
Escola Cap. Edgar Cerqueira Filho

Fonte: Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre, 2024.

Após a pandemia, as secretarias de educação precisaram de um tempo para organizar e realizar as implantações da BNCC, pois não se trata apenas um novo currículo, mas principalmente da compreensão do processo para que a implantação seja realidade de forma adequada. No entanto, já foi implantada em algumas escolas.

Podemos constatar que as escolas rurais em tempo parcial, nas quais a Secretaria Estadual de Educação informou que já implantou a BNCC (Quadro 2), pertencem ao município de Rio Branco ou no município vizinho, o que facilita o processo.

Segundo o Quadro de Panorama, existem 608 escolas rurais ou do campo e, dessas, em 9 (Quadro 2) ocorreu a implementação. Isso significa que ainda há muitas escolas para implantar a BNCC e outras precisam revisar as mudanças propostas pelo NEM.

Em 2024, a Lei 14.495 corrigiu distorções que os especialistas apontavam no currículo do Ensino Médio, e agora haverá mais aulas de disciplinas obrigatórias, como Português e Matemática. Isso significa que, mesmo nas escolas onde a BNCC já foi implantada, será necessário revisar o currículo, considerando que a carga horária (seja para mais ou para menos) precisa ser ajustada, tanto em termos de currículo quanto na alocação de docentes.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre (2024, s.p) “as ações desenvolvidas em cada uma dessas escolas demonstram um compromisso com a transformação do ensino e a adaptação das novas diretrizes à realidade rural”. As ações foram realizadas seguindo o Plano de Ação, que faz parte da estrutura do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Educação do Acre.

Essa implementação atende ao zoneamento urbano e rural, com o objetivo de atender às necessidades formativas (formação continuada) e pedagógicas (assessoria técnica), justificadas pela necessidade de reorganização das ações da Divisão de Ensino Médio durante o período de 2019–2024. A meta é intensificar e operacionalizar as demandas de gestão pedagógica que competem à Educação Básica, oferecendo o Ensino Médio nos distintos modelos e zonas (Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre, 2024, s.p.).

Com a pandemia, muitas ações planejadas, como a proposta da Divisão de Ensino Médio para o período de 2019 – 2024, tiveram que ser reorganizadas. O que estava previsto de forma presencial passou por mudanças. A implementação não apresenta diferenças nas ações para a Educação do Campo, e visa sistematizar e planejar as ações da Divisão de Ensino Médio, com o objetivo de colaborar com a melhoria da qualidade de ensino diante a construção das aprendizagens, do processo de gestão pedagógica, em apoio ao trabalho desenvolvido pelas Equipes Gestoras de Ensino Médio, Docentes (Efetivos e Provisórios), Assessores/Técnicos Pedagógicos dos Núcleos da SEE nos municípios do Estado do Acre, bem como a oferta do Itinerário Formativo de Formação Técnica e Profissional nas escolas de Ensino Médio. (Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre, 2024, s.p.).

Apresentaremos três quadros, divididos por responsabilidades de execução, que constam as ações e demandas, mas isso não significa que as ações foram realizadas de forma separada ou descontextualizada.

Quadro 3 - Ações e demandas para a implementação do Novo Ensino Médio na educação básica no Acre entre 2019 e 2024.

Realização de duas Jornadas Pedagógicas anuais para os professores da etapa do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino.	Elaboração das Sequências Didáticas das formações continuadas. Elaboração das Pautas e Sequências Didáticas da 1ª e 2ª Jornada Pedagógica para Equipes Gestoras, Docentes e Núcleos Pedagógicos. Realização da 1ª e 2ª Jornada Pedagógica para Equipes Gestoras, Docentes e Núcleos Pedagógicos.	Chefe e Coordenadores Pedagógicos da Divisão de Ensino Médio
--	--	--

Realização de cinco momentos formativos de acompanhamento pedagógico anuais.	Realização dos ciclos bimestrais de acompanhamentos pedagógicos nas escolas. Orientações e alinhamentos relacionados aos Itinerários Formativos nas escolas de Tempo Integral. Apresentação do roteiro de apoio aos professores. Acompanhamento das ações estratégicas e dos planejamentos pedagógicos das escolas de Ensino Médio. Averiguar o desenvolvimento das rotinas pedagógicas nas escolas, observando os aspectos relacionados às mudanças implementadas quanto à aplicabilidade do novo currículo, constatando as evidências da apropriação. Assim como, o desenvolvimento das rotinas pedagógicas, considerando o Plano de Gestão Pedagógico - PGP/ Plano de Ação e a implementação do Novo Ensino Médio. Elaboração das pautas formativas e das Sequências Didáticas para a realização de Grupos de Estudos a serem desenvolvidos com os Coordenadores de Ensino e Pedagógicos das escolas e, posteriormente, desenvolvidas pelas equipes gestoras com os seus docentes em suas escolas. Realização da formação de Projeto de Vida e de Eletivas.	Chefes e Assessores Pedagógicos da Divisão de Ensino Médio
Realização de Reuniões e Grupos de Trabalhos - GT com as instituições parceiras para a construção do Itinerário Formativo Técnico e Profissional.	Realização de reuniões de planejamento e de alinhamento com as instituições parceiras (IEPETC, SENAC, SENAI, SEST-SENAT e IFAC).	Chefe da Divisão, Articuladora do IFTP e Representantes das Instituições parceiras

Fonte: Os autores (2025), embasado na Divisão de Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre, Acre (2024).

As ações previstas no Quadro 3 priorizam aspectos pedagógicos, concentrando-se em ações de formação continuada a serem realizadas com os professores, focando no processo de ensino e aprendizagem, sem considerar as nuances decorrentes de um modelo formativo imposto. Nesse sentido, a implementação do NEM e da BNCC pode perder a visão de totalidade e integralidade da formação cidadã na educação básica, além de não oportunizar aos educadores o conhecimento real e crítico da proposta. Assim, as formações parecem desconsiderar a integralidade do sistema de ensino e, em especial, a realidade dos alunos, funcionando mais como uma imposição, sem o devido questionamento sobre o que está sendo implementado.

Vemos como importante o processo informativo e formativo, pois trata-se de um processo de adaptação até 2026, quando as novas regras se tornarão obrigatórias. No entanto, devemos levar em consideração as estruturas escolares, já que há um aumento de carga horária para o Ensino Médio.

Quadro 4 - Ações e demandas para a implementação do Novo Ensino Médio na educação básica no Acre entre 2019 e 2024 - Chefes e Assessores Pedagógicos da Divisão de Ensino Médio.

Realização de alinhamento periódico ou mensal das ações de implementação da BNCC.	Realização de reuniões e grupos de estudos para apoio e monitoramento das ações de implementação da BNCC. Realização da análise e devolutivas do Plano de Gestão Pedagógico/Plano de Ação das escolas. Realização da apresentação sobre a estrutura organizacional de implementação do Novo Ensino Médio para a comunidade escolar, pais e alunos das escolas.	Chefes e Assessores Pedagógicos da Divisão de Ensino Médio.
Elaboração do Documento Orientador das áreas de conhecimento propedêutico anualmente.	Elaboração do Documento Orientador para a construção do Plano de Curso das escolas. Ajustes e entrega do Material de Apoio dos componentes curriculares. Elaboração de itens inéditos para o simulado, de acordo com o plano de curso estruturado pelos docentes, com base no novo currículo seriado do Estado do Acre. Construção e organização de instrumentos de aplicação e tabulação do simulado.	Chefes e Assessores Pedagógicos da Divisão de Ensino Médio.
Realização de consulta pública para a finalização da escrita do currículo.	Realização de reuniões presenciais e virtuais por meio de webconferências para apresentar a estrutura organizacional da seriação do currículo. Realização da consulta pública <i>on-line</i> sobre a seriação do currículo. Realização da consulta pública presencial sobre a seriação do currículo. Realização por meio de webconferências para apresentar a estrutura organizacional das rotas de aprofundamento. Realização da consulta pública <i>on-line</i> sobre as rotas de aprofundamento. Realização da consulta pública presencial sobre as rotas de aprofundamento.	Chefes e Assessores Pedagógicos da Divisão de Ensino Médio.
Realização da escuta da comunidade escolar referente à escolha dos estudantes ao seu Itinerário Formativo.	Elaboração de um cronograma de atividades nas escolas, com instrumentos e meios para execução do processo de escuta ativa das demandas dos estudantes, visando a oferta dos Itinerários Formativo técnico e profissionalizante. Realização do mapeamento da oferta dos itinerários formativo técnico e profissionalizante e propedêutico para os estudantes nas escolas da rede.	Chefes e Assessores Pedagógicos da Divisão de Ensino Médio.
Realização de mentorias semestrais sobre Habilidades Socioemocionais, Recomposição das Aprendizagens, Metodologias Inovadoras e Educação Híbrida.	Realização de oficinas e mentorias pela equipe técnica ou em parceria com outras instituições para a rede, contemplando equipes gestoras, técnicos e docentes.	Chefes e Assessores Pedagógicos da Divisão de Ensino Médio.

Fonte: Os autores (2025), embasado na Divisão de Ensino Médio, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre, Acre (2024).

As ações do Quadro 4, por um lado, anunciam processos que envolveriam as comunidades escolares, prevendo reuniões, consultas públicas e mapeamento de oferta de itinerários formativos, o que é muito positivo. Por outro lado, o protagonismo estudantil não é considerado no conjunto das ações. Ademais, nos parece que as ações são verticais, propostas pela secretaria,

sem que estejam esclarecidas as ações que seriam realizadas diretamente nas escolas. Da mesma, é necessário que as representações da Secretaria de Educação em cada município sejam incluídas como parte dessas ações, considerando que esses espaços monitoram mais de perto a execução das políticas e ações da educação.

Quadro 5 - Ações e demandas para a implementação do Novo Ensino Médio na educação básica no Acre entre 2019 e 2024 - Chefe da Divisão de Ensino Médio e Diretoria de Ensino

Construção de matriz curricular para escolas do Novo Ensino Médio.	Aprovação pelo Conselho Estadual de Educação do Acre da nova matriz curricular. Implantação da Matriz Curricular do Novo Ensino Médio de forma gradativa nas escolas de tempo parcial e integral (urbanas e campo) nos 22 municípios do Acre.	Chefe da Divisão de Ensino Médio.
Planejamento da implementação do Novo Ensino Médio para as demais modalidades de oferta da rede de ensino.	Constituição de Grupo de Trabalho intersetorial para elaborar o plano de implementação do Novo Ensino Médio nas escolas das demais modalidades: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena e Educação Especial. Elaboração do Plano de Implementação (PLI) e do Plano de Ação dos Itinerários Formativos (PAIF).	Chefe da Divisão de Ensino Médio e Diretoria de Ensino.
Oferta dos itinerários de formação técnica e profissional.	Elaboração de Plano de ação para oferta dos Itinerários Profissionalizantes. Normatização da oferta dos Itinerários.	Chefe da Divisão de Ensino Médio e Diretoria de Ensino.

Fonte: Os autores (2025), embasado na Divisão de Ensino Médio, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre (2024).

Após a construção da nova matriz curricular para as escolas do Novo Ensino Médio, a mesma precisa ser aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Acre e implementada. Os três quadros (Quadro 3, 4 e 5) contêm informações disponibilizadas pela Divisão de Ensino Médio, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre (2024), onde estão descritas as ações e demandas para a implementação do Novo Ensino Médio na Educação Básica no Acre de 2019 a 2024, mas não é especificado como foram realizadas nem se todas as ações foram concretizadas ou se houve necessidade de adequações.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre (2024), foram disponibilizadas formações para todas as instituições, com a oferta de formação continuada para todas as escolas do ensino médio do estado do Acre. Essas formações foram realizadas para atender à implantação do Novo Ensino Médio, o que possibilitou aos educadores e gestores aperfeiçoarem suas práticas pedagógicas e ter acesso a novas metodologias de ensino.

Algumas temáticas abordadas na formação foram informadas na pesquisa e foram ofertadas ao longo dos bimestres e semestres entre 2019 e 2024, totalizando mais de 300 horas, quando somadas:

BNCC – os novos caminhos para o ensino médio – 20h
 Tecnologia de gestão educacional -12h
 Articulação das ações estratégicas no planejamento de gestão
 Atuações educativas de êxito.
 BNCC – dialogando com o currículo do ensino médio – 4h
 Ações pedagógicas
 Instrumentos de rede.
 Marcos legais da base nacional comum curricular.
 TGE – tecnologia de gestão educacional aplicada aos instrumentos de rede (PGP, plano de curso, pagela digital e sequência didática) 20h
 Articulação das ações estratégicas no planejamento docente.
 Marcos legal da base nacional comum curricular.
 Articulação do currículo de referência único de ensino médio do Acre com a BNCC - estrutura da BNCC (base nacional comum curricular) no contexto da educação básica.
 Projeto de vida
 Eletiva
 Planos de cursos bimestrais
 Implantação do novo ensino médio à luz da gestão pedagógica: a reforma do ensino médio e currículo de referência único do acre -20h
 Seminário do novo ensino médio -12h
 Projetando nosso IDEB – 12h
 As competências socioemocionais da BNCC
 Oficinas pedagógicas sobre metodologias ativas -20h
 Seminário Ensino Médio Seja Protagonista -40h (Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre, 2024).

Após análise dos documentos disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Acre (2024), nos quais é possível constatar o planejamento proposto e as escolas de Educação do Campo nas quais já ocorreu a implantação, abordaremos a seguir as informações referentes ao Plano de Implementação do Novo Ensino Médio.

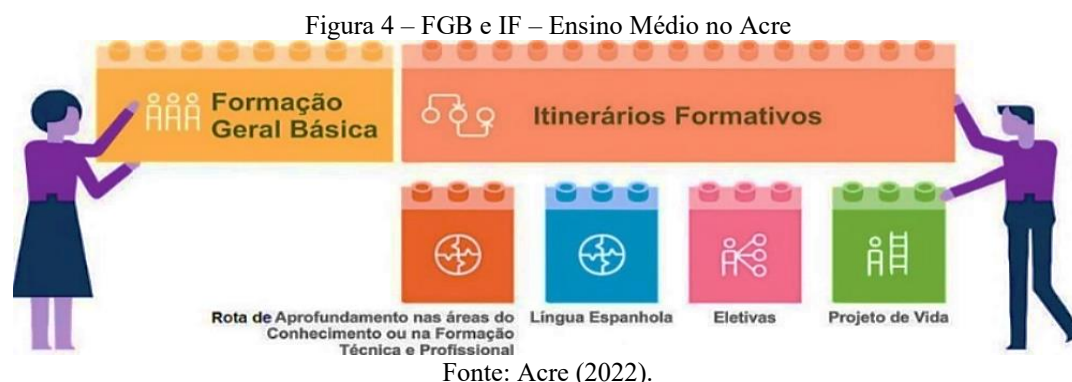
Nossa análise também foi subsidiada pela análise do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no Acre, documento que consolida a reforma do Ensino Médio e tem como objetivo diagnosticar e solucionar os problemas da rede no que diz respeito ao NEM e prever ações gradativas de implantação a partir das experiências de escolas piloto.

Podemos destacar algumas ações do plano que nos ajudam a compreender a organização curricular na implementação da BNCC.

Uma das ações foi a ampliação nas escolas piloto, em 2019, da hora/aula, que passou de 50 minutos para 60 minutos, nas escolas de ensino médio em tempo parcial, para atender às 3.000 horas instituídas no CRUA – Ensino Médio no Acre.

A reforma também previu que a formação geral básica e o itinerário formativo ofertados no Ensino Médio no estado do Acre seriam organizados de modo que a FGB teria no máximo

1.800 horas e os IFs, 1.200 horas, consolidando a organização curricular, conforme ilustrado na Figura 4.



As Rotas de Aprofundamento Propedêuticas no currículo acreano foram inicialmente constituídas por oito unidades curriculares, sendo duas de cada área de conhecimento, conforme apresentamos no Quadro 6.

Quadro 6 - Rotas de Aprofundamento Propedêuticas no Acre

Linguagens e suas Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> • Literatura e cinema: A memória (in) foco. • As linguagens como manifestação das vivências culturais
Matemática e suas Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> • Engenharia é meu futuro. • Matemática no mundo do trabalho.
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> • Energia, pra que te quero? • Viagem pelo universo: da origem ao século XXI
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedades contemporâneas na nova configuração mundial. • A humanidade e a natureza: interações e perspectivas de um futuro sustentável.

Fonte: Organização dos autores a partir de Acre (2022).

Nessa organização curricular, o estudante deveria alcançar a carga horária mínima de 1.200 horas de itinerários formativos, aprofundamentos, eletivas e projeto de vida.

Ainda no contexto das rotas, destacam-se as de formação técnica e profissional, organizadas em dois tipos: cursos técnicos, com carga horária mínima variando entre 800 horas a 1.200 horas, mais os estágios supervisionados, e os cursos de qualificação profissional ou Formação Inicial e Continuada (FIC), organizados com carga horária mínima de 160 a 400 horas (Acre, 2022).

Os arranjos curriculares privilegiados para oferta das rotas de Formação Técnica e Profissional (FTP) na matriz curricular do estado do Acre foram organizados nos cursos apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 - Rotas Formação Técnica e Profissional no Acre

Habilitação profissional técnica	Formação profissional de nível médio reconhecida por meio de diploma em curso listado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) <ul style="list-style-type: none"> • Técnico em manutenção e suporte em informática. • Técnico em manutenção automotiva. • Técnico em móveis.
Qualificação profissional	Formação inicial e continuada para desenvolvimento de competências relacionadas a perfil profissional listado no Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO). <ul style="list-style-type: none"> • Instalador e reparador de redes de computadores. • Desenhista de produtos gráficos (<i>Web design</i>). • Desenhista técnico de edificações.

Fonte: Acre (2022).

A rota de FTP é ofertada por instituições parceiras por meio de termos de cooperação entre a Secretaria Estadual de Educação e instituições como o Instituto Federal do Acre e o Instituto de Educação Profissional IEPTEC – Dom Moacir.

O Projeto de Vida (PV) foi implementado com atividades reflexivas e interativas, com foco nos elementos descritos no Quadro 8.

Quadro 8 – Projeto de Vida no Currículo do Acre

Autoconhecimento (quem sou eu?)	Atividades que auxiliam os jovens a identificar e desenvolver seus potenciais e desafios (quem sou eu?), seus sonhos e aspirações (para onde desejo ir?). Para tanto, buscam fortalecer a autoestima, a autoconfiança, a autonomia, a motivação e a capacidade dos estudantes de tomar decisões conscientes, éticas e responsáveis no presente quanto em relação ao seu futuro.
Expansão e exploração (quais as minhas possibilidades)	Atividades voltadas para ampliar o repertório dos jovens acerca de suas perspectivas e oportunidades no nível pessoal, profissional e cidadão, para expandir seus horizontes e suas possibilidades de escolha. Promovem o desenvolvimento do pensamento crítico, criatividade, abertura ao novo, flexibilidade, empatia e autogestão.

Fonte: Acre (2022).

Os PVs tiveram sua oferta priorizada no 1º e 2º ano do Ensino Médio, incluindo atividades de mentoria individualizadas realizadas pelos professores.

As Eletivas são oportunidades de flexibilização curricular, organizadas em um cardápio elaborado pela Secretaria de Educação, e essas disciplinas têm duração semestral.

Considerações Finais

O processo de definição da BNCC foi marcado por tensões e confrontos de interesses políticos e ideológicos, em um percurso longo que se intensificou nos últimos anos. Com sua consolidação em 2022, a BNCC, como um ideário de currículo nacional comum, ganha uma nova perspectiva, em que entra em questão a sua absorção pelos sistemas de ensino dos estados e municípios.

Esse processo teve atrasos em sua implantação devido à COVID 19, o que resultou em mudanças e adequações, sendo necessário considerar a adaptação do retorno presencial de todos os envolvidos no processo educacional, principalmente aqueles que retornaram às escolas, ainda com o uso de máscaras, onde o receio de contaminação era muito presente.

No Acre, o processo de implementação da BNCC foi, em primeiro plano, marcado pela definição do CRUA e, segundo plano, pelas ações realizadas pela SEE e apresentadas pelo Ofício N° 8.597/2024 e pelo Plano de Implantação do Novo Ensino Médio no Acre.

As ações de ambos os documentos, ao apresentar objetos de conhecimentos, valores, habilidades, competências e outros elementos essenciais para a promoção da educação, não dialogam ou explicitam como serão considerados os conhecimentos e saberes característicos aos povos das águas, da floresta e do campo, que estão distribuídos pelo território rural acreano.

Nesse sentido, a implementação do CRUA como expressão da BNCC e do Novo Ensino Médio tem sido marcada por ações verticais, centrada na estrutura da SEE, e não tem sido construído um projeto educativo atrelado aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, considerando a especificidade de cada local.

Há uma incipiência na implantação, pois apenas em nove escolas da Educação do Campo foi implantada, todas situadas na capital ou em seu entorno. Além disso, as formações pedagógicas estão na centralidade executiva, o que põe em questão a necessidade de condições estruturais e didático-pedagógicas e de gestão para o sucesso da efetividade da BNCC no Acre. Espera-se que essa realidade seja modificada, considerando estudos mais aprofundados para a implantação nas escolas do campo, para que a realidade de cada uma seja levada em consideração.

A análise do processo de implementação da BNCC no Acre nos faz perceber a urgência de um diálogo mais assertivo entre os sujeitos do campo, considerando seu desenvolvimento social, político e econômico. Assim, é necessário um projeto de inserção tanto na Formação Geral Básica (FGB) quanto nos itinerários formativos e aprofundamentos, com conhecimentos voltados à melhoria das suas condições de vida que favoreçam aos seus interesses produtivos.

Além disso, destacamos que a formação profissional, como possibilidade de itinerário para o Ensino Médio na Educação do Campo, deve se alinhar aos interesses e necessidades dos trabalhadores do campo. Caso contrário, só contribuirá para a precarização da formação à qual já estão submetidos dentro do próprio programa que institui a Educação do Campo no Acre.

A operacionalização do currículo por meio da BNCC/CRUA nas escolas do campo exige maiores investimentos e uma reestruturação para ser efetivada de forma adequada e com

densidade. O atual sistema, que caracteriza as escolas do campo como de difícil e difícilíssimo acesso, em que um único professor assume, independentemente de sua área de formação, a regência de um bloco de disciplinas com duração de cerca de 3 meses, seguido do deslocamento do professor para outra unidade escolar, e a recepção de um novo bloco e professor para a continuidade da formação, não será efetivo em uma proposta educacional que se sustente no protagonismo dos estudantes do meio rural.

Mediante essa realidade de algumas escolas, a organização do planejamento, conforme preconiza a BNCC, deve considerar como as áreas de conhecimento serão desenvolvidas sem ficarem fragmentadas, possibilitando ao aluno um conhecimento integrado, e não organizado em fragmentos, conteúdos disciplinares.

Referências

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.

Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC.

Brasil. Decreto nº 7.352 (2010, 04 de novembro). Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF: Presidência da República.

Cogo, T. P., & Cardoso, J. B. (2023). Educação do Campo: uma análise crítica sobre a representação da modalidade na BNCC brasileira em tempos de neoliberalismo. *Revista Educación, Política y Sociedad*, 8(2), 121-155.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas.

Minayo, M. C. S. (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Nicácio, M. L. (2021). *Educação do campo e pauperização: implicação da agenda global sobre as políticas de educação básica no Vale do Juruá-Acre* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes (2022). *Currículo de Referência Único do Acre: Ensino Médio*. Rio Branco, AC: SEE. Recuperado de: [RCSEEAC.pdf](#).

Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes (2022). *Plano de Implantação do Novo Ensino Médio no Acre*. Rio Branco, AC: SEE. Disponível em: [plano de implementação do novo ensino médio](#).

Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes (2024). *Ofício Nº 8597/2024/SEE e Anexos*. Rio Branco, AC: SEE.

Yin, R. (2001). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 17/03/2025
Aprovado em: 09/10/2025
Publicado em: 17/12/2025

Received on March 17th, 2025
Accepted on October 09th, 2025
Published on December, 17th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Matos, M. B., & Nicácio, M. L. (2025). A implementação da BNCC nas escolas de Ensino Médio na Educação do Campo no Acre. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19662.